

On the Utilities of Literature

DOI: [10.14393/LL63-v35n1a2019-0](https://doi.org/10.14393/LL63-v35n1a2019-0)

Profa. Dra. Karla Fernandes Cipreste (UFU)*

Prof. Dr. Pedro Dolabela Chagas (UFPR)**

Prof. Dr. Thiago Cesar Viana Lopes Saltarelli (UFMG)***

Nos debates já corriqueiros sobre a função da literatura ou sobre seu lugar na sociedade, é largamente difundida a ideia de que ela é inútil e de que não se presta a nenhuma aplicação prática. Aliás, mais do que difundida, essa suposta inutilidade da literatura costuma ser louvada. É o que nos mostra a poeta porto-riquenha Mayra Santos-Febre, num texto intitulado “¿Para qué sirve la literatura?”¹. Santos-Febre alude a uma ocasião na qual o escritor português e prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, respondeu a um jornalista que lhe perguntara para que serve a literatura que esta não serve para nada. Mayra recorda que o escritor ainda celebrou a inutilidade da arte como resistência em um mundo tão utilitário.

A perspectiva de Saramago desvela uma característica própria da *epistème* romântica: a recusa da atribuição de qualquer função prática à literatura. A partir da segunda metade do século XVIII, as práticas letradas nas quais os teóricos identificam uma finalidade estética são reunidas sob o rótulo de *literatura* e tomadas como discurso autônomo. A partir de então, a ausência de qualquer função ou utilidade prática passa a ser celebrada, como se tal caráter útil ou funcional fora contrário à fruição estética. Certamente há alguns usos que caminham nessa direção. Entre eles, podemos citar certa apropriação da literatura pela lógica de mercado e sua

* UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística – Núcleo de Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola. Uberlândia/MG – Brasil – kciipreste@ufu.br

** UFPR – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Departamento de Literatura e Linguística – Literatura Brasileira e Teoria Literária. Curitiba/PR – Brasil – dolabelachagas@ufpr.br

*** UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras – Área de Estudos Diacrônicos. Belo Horizonte/MG – Brasil – saltarelli@ufmg.br

¹ SANTOS-FEBRE, Mayra. ¿Para qué sirve la literatura?”. *Revista Antropika [on-line]*, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistaantropika.com/contenido/para-que-sirve-la-literatura>. Acesso em: 18 jul. 2019.

transformação em autoajuda ou entretenimento de segunda mão; num outro polo, a apropriação da arte pelas ideologias, pois o uso de uma obra com o intuito de levantar bandeiras e militar por causas político-sociológicas estabelecidas *a priori*, de forma dedutiva, representa, em última instância, o aniquilamento da própria natureza da obra, esfacelada para adequar-se aos ditames ideológicos e suas “regras morais”, quaisquer que sejam. Nesse sentido, a celebração de uma inutilidade da literatura poderia constituir um exercício de resistência.

Todavia, se ampliamos o escopo dos usos das letras e das temporalidades nas quais eles estão inseridos, encontraremos diversas ocasiões em que a literatura pôde conjugar um caráter funcional com a excelência poética/estética, sem prejuízo de nenhuma das esferas. Da noção de catarse identificada por Aristóteles no drama grego antigo à finalidade persuasória da retórica dos sermões seiscentistas, do divertimento palaciano das cantigas trovadorescas à função moralizante da sátira antiga e de romances oitocentistas, em toda essa vasta gama de exemplos encontraremos uma função prática no exercício das letras que, no entanto, não diminui seu valor estético, seja ele coetâneo do momento de produção da obra, seja proposto na recepção posterior.

Ao trazer à tona esses exemplos, sugerimos que a utilidade que as letras antigas assumiam passou a ser rejeitada na superfície na modernidade, mas que esse apelo utilitário continuou sendo praticado de outras maneiras. Assim, o presente número da revista *Letras & Letras* propõe a investigação de novos usos e funções para a literatura, partindo da defesa de que ela pode, sim, ter alguma função ou utilidade prática, inclusive de grande importância para nossa vida humana no mundo. Nesse sentido, podemos nos remeter à obra de Wolfgang Iser, que defende o caráter edificante do próprio jogo da ficção. Como se sabe, o autor alemão discorre sobre a relação necessária entre ficção e imaginário para a efetivação de um jogo de desnudamento do real que parte de um *como se*, o qual consiste em “como se o mundo fosse aquilo embora não o seja” (ROCHA (org.), 1999, p. 70)². Iser afirma que precisamos dessa experiência porque as possibilidades não podem ser reduzidas exclusivamente ao que está posto. No jogo do *como se*, os seres humanos precisam sair de si mesmos mediante um

² ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Trad. Bluma W. Vilar e João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

“perpétuo autodesdobramento cujas possibilidades não podem ter uma forma previamente dada, pois isso significaria imposição de padrões preexistentes a tal desdobramento” (ROCHA (org.), 1999, p. 77). Iser entende o imaginário como substrato da plasticidade humana e defende que “talvez o imaginário seja o último potencial propriamente humano sob o qual podemos nos apoiar” (ROCHA (org.), 1999, p. 134).

Mais recentemente, outro autor que defende uma utilidade da literatura é o escritor mexicano Jorge Volpi. Transitando pelas sendas da filosofia da mente e da antropologia evolutiva, em seu livro *Leer la mente* Volpi defende que todas as ações humanas objetivam, em última instância, contribuir para a sobrevivência e a evolução da humanidade. Segundo Volpi, o próprio ato de criar e de ler ficção é o que nos faz seres humanos e, portanto, a arte não existe apenas para entretenimento, diversão ou fuga, senão “para que nos testemos em outros ambientes e, em especial, para que sejamos, vicária, mas efetivamente, ao menos durante algumas horas ou alguns minutos, outros³”.

A partir das reflexões aqui esboçadas, apresentamos artigos que defendem a utilidade da literatura, com discussões sobre sua contribuição para o desenvolvimento da mente, para a evolução cultural e para a formação humana.

Alejandro Palma Castro, professor e pesquisador da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (México), nos brinda com um percurso pela poesia da Idade Média até a época contemporânea, com o objetivo de demonstrar que a ficção excede a característica de linguagem literária por ser um meio pelo qual é possível interpretar e inclusive criar a realidade a partir de novas experiências. Fundamentado nos estudos do teórico e crítico literário espanhol José María Pozuelo Yvancos, Palma Castro ressalta que poemas têm uma maneira particular de descrever o mundo útil para formar novas realidades. Nesse sentido, a ficção como “inventiva de la realidad” tem servido para “establecer un imaginario posible desde dónde concebir nuestro mundo.”

Do percurso destacamos a análise de uma cantiga de amigo galego-portuguesa do rei Dom Dinis, na qual há destaque para as flores de um pinheiro. Palma Castro recorda que Dom Dinis cultivou de tal maneira o bosque de pinheiros criado por seu pai que, transformado em

³ VOLPI, Jorge. Yo soy una novela. Disponível em: <https://bcehricardogaribay.wordpress.com/2011/04/26/yo-soy-una-novela-por-jorge-volpi/>. Acesso em: 01 jun. 2018. Tradução e adaptação nossa.

floresta imponente, proporcionou madeira para a construção das embarcações com as quais Portugal foi pioneiro nas expedições pela costa africana. O imaginário em torno da flor incentivou sua valorização, fato que leva o autor do artigo a afirmar que “Este es, por cierto, uno de los casos más relevantes de la utilidad de la ficción en la poesía para generar y transformar nuestra realidad.” Da Idade Média para o Barroco, apresenta-se uma análise do poema *Primero sueño* de Sor Juana Inés de la Cruz guiada pelo sujeito enunciativo como outra forma de ficção na poesia. Com destaque para o verso “el mundo iluminado, y yo despierta”, Palma Castro reflete sobre a escolha da última palavra, a qual expressa um estado físico ou de ânimo, mas também funciona como uma marca do gênero feminino. À luz dos estudos de Pozuelo Yvancos sobre o “hablar imaginario”, e com uma bela análise do jogo de luz e sombra que o verso sugere, o autor do artigo pensa sobre a condição feminina no século XVII no México colonial e afirma que *Primero sueño* acaba por ser a única forma possível de constituição de uma subjetividade para Sor Juana no contexto em que viveu com as condições sociais que ela tinha. Palma Castro conclui, então, que “cuando se trata de literatura, nos sumergimos en esa sombra conscientes de que jamás volveremos a ser los de antes. Ese es el poder de encanto que la ficción ha ejercido sobre la humanidad.”

Em ensaio que se abre à exploração de novas possibilidades de abordagem da função da arte literária, Pedro Dolabela Chagas e Náira Bittencourt defendem o prazer na leitura como a principal motivação do interesse pela literatura, enfrentando a desconfiança que ronda a dignificação intelectual de uma categoria como o prazer. Para tanto, propõem uma interessante transposição de conceitos oriundos da biologia para uma dimensão cultural. O ponto de partida desse procedimento é a versão culturalizada do conceito de homeostase — originalmente designador do processo de obtenção, num corpo, de um equilíbrio bioquímico compatível com a manutenção da vida — desenvolvida pelo neurocientista português António Damásio. Chagas e Bittencourt defenderão que, no nível da cultura humana, “o equilíbrio homeostático pode ser proporcionado pela experiência da ficção”. No desenvolvimento das linhas de raciocínio do ensaio, farão dialogar o conceito de homeostase com os de *affordance*, de James J. Gibson — originalmente definidor dos modos possíveis de apropriação que o ambiente oferece a um ser vivo; e de *relevância*, de Deirdre Wilson e Dan Sperber — que designa o que é potencialmente relevante para dado indivíduo na apreensão da informação

ambiental. Os autores operarão com esses conceitos no âmbito do processamento semântico da informação contida nos textos ficcionais, visando à proposição de uma função homeostática da literatura na evolução e na cultura humanas. Destaca-se que, nas palavras dos próprios autores, o ensaio tem vocação exploratória e não pretende impor nenhuma conclusão definitiva nem generalizante.

Como já anunciado em seu título, “Considerações filosóficas sobre a validade do escopo do reducionismo adaptacionista do darwinismo literário em sua versão mais forte”, de Leonardo Almada e Gabriel Mograbi, é uma análise densa e abrangente dos objetivos e métodos da teoria proposta, em sua versão mais radical, por Joseph Carroll. Discute-se a legitimidade da proposta e dos objetivos daquele projeto, que propõe reduzir – na acepção científica do termo – a explicação do(s) fenômeno(s) literário(s) à compreensão da condição adaptativa das “características comportamentais e cognitivas da mente humana”, situando a natureza humana como, “a um só tempo, ‘origem’ e ‘tema’ da literatura”. Em suma, o projeto situa nas características evolutivas da nossa psicologia explicações relativas à construção de enredos e personagens ficcionais, ou à escolha dos temas das obras de ficção. Ao criticarem as grandes pretensões desse projeto, os autores preservam, no entanto, a evolução como parceira da teoria literária, propondo focá-la na investigação da origem do fenômeno literário, onde ela pode, sim, sugerir explicações sobre como os nossos modos evolutivamente condicionados de conhecimento do mundo estão intimamente relacionados às “competências interpretativas, linguísticas, sociais e narrativas” que a literatura demanda e explora pela via da simulação mental. É ao pressupor a mente humana corporificada como o seu campo de estímulo que a literatura atua como forma de conhecimento do real compartilhado, especialmente no “confronto com as qualidades subjetivas e sentidas da experiência via integração entre entendimento conceitual, sentidos e emoções”. Que a literatura consiga fazê-lo, eis aí um modo de explicar o seu sucesso histórico, afinal.

Em “O que aprendemos com Alice: considerações sobre a leitura de ficção literária”, Cynthia Beatrice Costa discute um tema ancestral e recorrente na teoria literária: como a leitura da ficção pode gerar aprendizado, e que tipo de aprendizado é esse. O artigo se dissocia de duas reivindicações tradicionais da teoria, pelas quais a literatura nos traz algum tipo de aprendizado prático (para a lida com o mundo real) ou terapêutico (relativo ao

autoconhecimento ou equilíbrio existencial). Em seu lugar, opta-se pelo diálogo, ainda pouco praticado no Brasil, com os estudos cognitivos da literatura, navegando-se nas suas interfaces com a linguística, a neurociência, a psicologia, a filosofia e a fisiologia, e cotejando a gama de elementos que ele explora: a memória, as emoções e a imaginação, dentro da atenção ao contexto da leitura. Através de análises de *Aventuras de Alice no país das maravilhas* e *Através do espelho e o que Alice encontrou lá*, de Lewis Carroll, a autora defende que na sua leitura “é possível aprender coisas novas” – em especial, competência emocional, ampliação das capacidades imaginativas e sugestão de novos modos de pensamento de potencial alcance coletivo. E ela constrói seus argumentos numa análise cerrada da composição textual de Carroll, a cujo processamento cognitivo ela credita o poder de produzir os efeitos mencionados. Ao final, tem-se um texto atualizado epistemologicamente, em sintonia com a melhor pesquisa desenvolvida nos estudos cognitivos da literatura, e que oferece uma leitura surpreendente dos clássicos de Carroll, à distância dos hábitos tradicionais de interpretação.

No artigo intitulado “A intrahistoria de Manuel Rivas e as luzes da literatura sobre as sombras do passado”, as hispanistas Karla Fernandes Cipreste e Isabella Borges Gregório apresentam uma reflexão literária sobre o conceito de *intrahistoria* do escritor galego-espanhol Manuel Rivas para ressaltar que o escritor e sua narrativa defendem o caráter edificante da literatura. Cipreste e Gregório concebem o estilo de Rivas como humanista secular e, inspiradas nas teorias de Luc Ferry e Roger Scruton, entre outros, as autoras associam a proposta da *intrahistoria* – transfiguração das sombras do passado em arte por meio da memória subjetiva – a três pilares dessa corrente filosófica: o amor ao próximo, a valorização da cultura local e a transfiguração do trauma via imaginário. Manuel Rivas sublima o trauma da memória histórica da Espanha em relação à Guerra Civil e à Ditadura Franquista por meio de uma narrativa que “trabalha a questão da inviabilização da vida em comunidade, imposta pela guerra e pela ditadura, e transfigura o trauma justamente por meio daquilo que o autoritarismo ataca, ou seja, a vida compartilhada com o outro”, ou seja, o pilar do amor ao próximo. Sobre a valorização da cultura local, as autoras afirmam: “Nesse sentido, a narrativa literária joga luz sobre essas visões de mundo pouco acessíveis à metodologia da história. Porém, o objetivo não é esclarecer e registrar fatos, senão inspirar-se na condição fantástica da maioria desses relatos locais para transfigurar o passado em arte.” Sobre o pilar da transfiguração do trauma via

imaginário, as autoras lembram Georges Bataille para afirmar que “aquele que não sabe dramatizar sua existência acaba por viver isolado e aniquilado pela angústia e pelo temor à morte” e concluem que “É também nesse sentido que Rivas defende a *intra-história*, pois se trata de estetizar e dramatizar, em palavra escrita, as memórias locais ou individuais para que se comuniquem, e, portanto, façam comunidade com o outro”.

No artigo “Sobre a utilidade política dos costumes estéticos”, Nabil Araújo de Souza faz ecoar a dimensão edificante do pensamento schilleriano sobre a educação estética do homem a partir da aposta de que um exercício da crítica literária consciente e aberto ao dissenso pode contribuir para o desenvolvimento de valores democráticos no âmbito da consciência individual. O autor começa por apresentar o programa teórico-pedagógico do crítico literário norte-americano Gerald Graff de “ensinar os conflitos” a partir de estudos de caso em “controvérsia crítica”. Segundo Graff, uma [hoje já tradicional, diríamos] pedagogia advocatícia que emergiu dos anos 1960 e que foi mais influentemente promovida por Paulo Freire em *A pedagogia do oprimido* cortaria inevitavelmente o baralho político a favor da perspectiva política do professor, para quem os oprimidos seriam livres para decidir apenas dentro de certos limites e para chegar apenas às conclusões do próprio Freire. Nessa pedagogia, o resultado do “diálogo” é já pré-determinado, pois qualquer objeção dos estudantes a seus postulados é tomada seriamente pelos professores apenas como sintoma de falsa consciência, não como uma posição intelectual defensável que o professor poderia ajudar o estudante a defender mais efetivamente. Contrapondo-se a essa perspectiva veladamente autoritária, Graff estimula que os estudantes tenham o direito de conhecer todos os pontos de vista antagônicos, seja por meio de debates com a presença física, em sala de aula, de um contendor do professor, seja por meio da leitura de textos que expressem o contraditório do ponto de vista do professor. Souza demonstra, então, como se desenvolve a proposta de Graff no âmbito que lhe é peculiar, o da crítica literária.

Após apresentar o programa de ensino de Graff, o autor do artigo elenca algumas críticas ou ressalvas ao crítico norte-americano, para em seguida apresentar o seu próprio programa pedagógico. Inspirado pelo título de um livro de Hans Vaihinger, Nabil Araújo Souza denomina sua proposta de “pedagogia do *como se*”, a qual estimula os alunos a não adotar como verdade inquestionável nenhum ponto de vista teórico apriorístico. Ao contrário, a

assunção de determinada matriz teórica só se efetivaria após a construção de uma consciência crítica e esclarecida, construção essa propiciada pelos exercícios e pela sequência didática proposta pelo autor do artigo.

Finalmente, Souza conclui que o desenvolvimento pessoal dessa consciência crítica, no âmbito dos estudos literários e de objetos estéticos em geral, por ser feito com base na abertura para pontos de vista contraditórios e divergentes, pode desenvolver no estudante uma identificação com valores democráticos. Ainda conforme o autor — que aqui segue de perto o pensamento de Chantal Mouffe —, tal identificação, por nascer de uma práxis com o dissenso, lograria muito mais efeito para o sucesso da democracia do que a apresentação de argumentos racionais sofisticados ou reivindicações de verdade contextualmente transcendentais. Afinal — e isto parece terem esquecido os acadêmicos, propositalmente ou não —, a democracia é uma forma política que deve legitimar o conflito e não eliminá-lo pela imposição autoritária de um pensamento único, como infelizmente ocorre hoje na Universidade.